

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal

Teaching protagonism in the space and time of democratic transition of the 1970s-80s, in Brazil and Portugal

Enseigner le rôle principal dans l'espace et le temps de la transition démocratique des années 1970-80, au Brésil et au Portugal

Protagonismo docente en el espacio y tiempo de la transición democrática de los años 1970-80, en Brasil y Portugal

Libânia Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro
libanianacif@gmail.com

Resumo: O artigo retoma e atualiza questões que orientaram uma pesquisa que analisou os repertórios de ação adotadas por professores frente aos processos de construção democrática que tiveram seu auge na década de 1970-80, no Brasil e em Portugal (Xavier, 2013). Tem como objetivo central analisar as negociações identitárias (Dubar, 2005) que permearam o protagonismo político exercido pelos docentes nas ações e nas associações criadas no influxo desses movimentos. No primeiro tópico, situamos os movimentos docentes no espaço tempo da transição democrática e apresentamos as questões que orientaram a redação do presente artigo. No segundo tópico, nós analisamos fontes impressas como os jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e a Revista “O Professor”, veiculada por uma associação de professores portugueses com vistas a observar as visões dissonantes no que tange à fixação de uma imagem dos professores que participaram desses movimentos. No terceiro tópico trazemos um depoimento relativo à experiência de autogestão vivida em uma escola secundária portuguesa para destacar as suas reverberações na auto percepção profissional da depoente. Nas considerações finais, desenvolvemos uma breve reflexão sobre as disputas pelo controle das identidades docentes e, também, sobre possíveis desdobramentos deste estudo. Em resultado da análise desenvolvida, foi possível perceber a constituição de uma identidade docente engajada e autônoma, por meio da análise da Revista sindical. Por seu turno, os jornais de grande circulação do Rio de Janeiro expressaram a perspectiva de fixar uma identidade desviante frente ao protagonismo político docente, acionando o pânico moral da sociedade (Adorno, 1998), ao condenarem as ações coletivas que fizeram parte do repertório político deste grupo profissional.

Palavras-chave: transição democrática; movimentos docentes; pesquisa em História da Educação.

Abstract: The article revisits and updates questions that guided research that analyzed the repertoires of action adopted by teachers in the face of democratic construction processes that reached their peak in the 1970s, in Brazil and Portugal (Xavier, 2013). Its central objective is to analyze the identity negotiations (Dubar, 2005) that permeated the political protagonism exercised by teachers in the actions and associations created in the influx of these movements. In the first topic, it locates the teaching movements in the space and time of the democratic transition and presents the questions that guided the writing of this article. In the second topic, it analyzes printed sources such as the mass circulation newspapers in Rio de Janeiro and

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

the “O Professor” Magazine, with a view to observing the dissonant views regarding the establishment of an image of the teachers who participated in these movements. The third topic takes a statement relating to the experience of self-management lived in a Portuguese secondary school and highlights its reverberations in the interviewee's professional self-perception. In the final considerations, a brief reflection is developed on the disputes over the control of teaching identities and also on possible developments of this study. As a result of the analysis developed, it was possible to perceive the constitution of an engaged and autonomous teaching identity, through the analysis of the Magazine “O Professor”. In turn, the mass circulation newspapers in Rio de Janeiro expressed the perspective of establishing a deviant identity in the face of teaching's political protagonism, triggering society's moral panic (Adorno, 1998), by condemning the collective actions that were part of the political repertoire of this professional group.

Keywords: democratic transition; teaching movements; research in the history of education

Résumé: L'article revisite et actualise les questions qui ont guidé les recherches qui ont analysé les répertoires d'action adoptés par les enseignants face aux processus de construction démocratique qui ont atteint leur apogée dans les années 1970, au Brésil et au Portugal (Xavier, 2013). Son objectif central est d'analyser les négociations identitaires (Dubar, 2005) qui ont imprégné le protagonisme politique exercé par les enseignants dans les actions et associations créées dans l'afflux de ces mouvements. Dans le premier thème, il situe les mouvements pédagogiques dans l'espace et le temps de la transition démocratique et présente les questions qui ont guidé la rédaction de cet article. Dans le deuxième thème, on analyse des sources imprimées telles que les journaux à grand tirage de Rio de Janeiro et la revue « O Professeur », en vue d'observer les vues dissonantes quant à l'établissement d'une image des enseignants qui ont participé à ces mouvements. Le troisième thème reprend une affirmation relative à l'expérience d'autogestion vécue dans une école secondaire portugaise et met en évidence ses répercussions sur la perception de soi professionnelle de l'interviewé. Dans les considérations finales, une brève réflexion est développée sur les conflits autour du contrôle des identités pédagogiques ainsi que sur les développements possibles de cette étude. Grâce à l'analyse développée, il a été possible de percevoir la constitution d'une identité pédagogique engagée et autonome, à travers l'analyse de la Revue « Ô Professeur ». À leur tour, les journaux à grand tirage de Rio de Janeiro ont exprimé la perspective d'établir une identité déviante face au protagonisme politique de l'enseignement, déclenchant la panique morale de la société (Adorno, 1998), en condamnant les actions collectives qui faisaient partie du répertoire politique de l'enseignement. ce groupe professionnel.

Mots-clés : transition démocratique ; mouvements des enseignants; recherche en histoire de l'éducation

Resumen: El artículo revisita y actualiza cuestiones que guiaron investigaciones que analizaron los repertorios de acción adoptados por los docentes frente a los procesos de construcción democrática que alcanzaron su apogeo en la década de 1970, en Brasil y Portugal (Xavier, 2013). Su objetivo central es analizar las negociaciones identitarias (Dubar, 2005) que permearon el protagonismo político ejercido por los docentes en las acciones y asociaciones creadas en el influjo de estos movimientos. En el primer tema, ubica los movimientos docentes en el espacio y tiempo de la transición democrática y presenta las preguntas que guiaron la redacción de este artículo. En el segundo tema, se analizan fuentes impresas como los periódicos de gran circulación en Río de Janeiro y la Revista “O Profesor”, con el objetivo de observar las visiones disonantes respecto a la formación de una imagen de los docentes que participaron en esos movimientos. El tercer tema toma un enunciado relativo a la experiencia de autogestión vivida en una escuela secundaria portuguesa y destaca sus repercusiones en la autopercepción profesional del entrevistado. En las consideraciones finales, se desarrolla una breve reflexión sobre las disputas por el control de las identidades docentes y también sobre posibles desarrollos de este estudio. Como resultado del análisis desarrollado, fue posible percibir la constitución de una identidad docente comprometida y autónoma, a través del análisis de la Revista “O Profesor”. A su vez, los periódicos de gran circulación en Río de Janeiro expresaron la perspectiva de establecer una identidad desviada frente al protagonismo político de la enseñanza, desencadenando el pánico moral de la sociedad (Adorno, 1998), al condenar las acciones colectivas que formaban parte del repertorio político de este grupo profesional.

Palabras clave: transición democrática; movimientos de enseñanza; investigación en historia de la educación.

Apresentação

No ensejo dos cinquenta anos da Revolução de Abril de 1974¹, o presente artigo retoma e atualiza questões que orientaram uma pesquisa sobre os repertórios de ação adotadas por professores frente às oportunidades políticas abertas nos processos de contestação dos regimes autoritários e de participação na reconstrução democrática nacional, ocorridas na década de 1970, no Brasil e em Portugal. No presente artigo, pretendemos problematizar as ações coletivas dos professores, tendo em vista duas questões: 1) Que modelos identitários estiveram em disputa no espaço-tempo da transição democrática no que tange à profissão docente? 2) Quais foram os impactos dos movimentos docentes na configuração de uma nova identidade profissional? Para tanto, daremos destaque às ações que visaram a organização de entidades associativas autônomas, bem como às ações coletivas de contestação aos poderes constituídos, desobedecendo às regras impostas pelo Ministério e organizando greves e manifestações públicas. Como campo de observação empírica, vamos explorar fontes impressas que demonstram, em um e outro contexto, diferentes aspectos intervenientes na constituição das identidades docentes, seja no que tange à autopercepção deste grupo profissional, expressa na Revista "O Professor", de natureza associativa, seja no que se refere à fixação de uma imagem depreciativa das manifestações públicas docentes, apresentada nos jornais cariocas selecionados ².

O primeiro tópico, apresenta as as perspectivas teóricas e as possibilidades de análise empírica que orientaram a pesquisa sobre algumas ações e associações docentes que tiveram curso, no Brasil e em Portugal, no período. Tais associações foram abordadas do ponto de vista de suas relações com a estrutura das oportunidades políticas. Para Sidney Tarrow (1998) as estruturas de oportunidades políticas são dimensões que podem estimular ou restringir a capacidade de mobilização social, gerando incentivos à formação de organizações civis. Nesse sentido, alguns fatores influenciam o aparecimento de ações coletivas, tais como a abertura política do sistema, as mudanças no apoio a movimentos

¹ A Revolução de Abril de 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos, foi resultado de um levante militar que contou com amplo apoio popular, logrando derrubar o regime autoritário então vigente, em Portugal.

² Trata-se do *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*.

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

sociais por parte das elites ou a propensão estatal para a repressão. Portanto, as alterações no equilíbrio de poder entre as elites, o Estado e a sociedade civil ganham relevância para o nosso estudo.

O diálogo com Glória Gohn (2008) nos levou a situar o associativismo docente no quadro dos movimentos sociais, sugerindo uma série de questões que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, tanto do ponto de vista teórico-metodológico quanto dos pontos de vista empírico descritivo e analítico compreensivo. Por seu turno, o diálogo com Jacques Revel (1998) nos levou a buscar entender como as relações de poder que tiveram curso nos contextos de transição democrática – de crise do aparelho de poder e de ampliação da participação política – ganharam a eficácia possível, buscando perceber como foram transcritas, em contextos variáveis e heterogêneos, as injunções de poder (Revel, 1998). Assumir essa postura teórico-metodológica implicou em deslocar o foco da análise de simples oposições de força / fraqueza, autoridade / resistência, centro / periferia, para observar os processos de circulação, de negociação e de apropriação de ideias e práticas difundidas a partir de modelos que se reproduzem em escala mundial, abrangendo diferentes nações que deles se apropriam e o adaptam às suas particularidades culturais.

Com base nesses pressupostos teóricos, estruturamos o artigo da seguinte maneira: No primeiro tópico, abordamos os limites e potencialidades da categoria “espaço-tempo da transição democrática”. Este tópico também destaca alguns traços particulares dos contextos nacionais e transnacional. No segundo tópico, apresentamos a análise realizada com a imprensa corrente do Rio de Janeiro e a Revista docente “O Professor”. Em ambos os casos, buscamos atribuir ênfase à circulação de modelos identitários que expressam a visão divulgada nesses impressos a respeito das funções éticas e políticas deste grupo profissional, naquele contexto de transformações políticas. Finalizamos com uma breve reflexão sobre os desdobramentos das ações de contestação política sobre as negociações identitárias³ dos professores naquele contexto permeado por expectativas de mudança e por experiências de construção democrática.

³ De acordo com Dubar (2005), a negociação identitária constitui um processo comunicativo complexo e irreduzível a uma rotulagem autoritária de identidades predefinidas com base nas trajetórias individuais. Ela implica em fazer das relações com o outro um critério e um elemento importante na dinâmica das identidades, definindo como uma construção coletiva o processo de construção de novas identidades, incluindo suas confirmações objetiva e subjetiva.

A mobilização docente no espaço-tempo da transição democrática

O associativismo de carácter sindical entre os professores das escolas públicas do Brasil e de Portugal se institucionalizou nas décadas de 1970-80, como uma organização que teve como objetivo confrontar o poder do Estado com vistas a acelerar o processo de ruptura política e reduzir o controle do Governo sobre o grupo profissional.

No Brasil, o movimento de março de 1964, estabeleceu uma Ditadura Militar⁴ e inaugurou um período marcado pelo cerceamento da liberdade de associação e de manifestação pública, bem como da liberdade de pensamento e da livre manifestação de ideias. Os direitos políticos foram suspensos, estabeleceu-se o bipartidarismo e se impôs uma drástica limitação da participação popular na eleição de seus representantes. No âmbito do ensino, prevaleceram políticas de desresponsabilização do Estado frente à educação pública de qualidade, muitas vezes beneficiando a iniciativa privada por meio de subvenções e recursos públicos, previstos por Lei. Além disso, os Governos Militares (1964-1985) proibiram a livre organização sindical dos funcionários públicos em geral, e dos professores em particular.

Em Portugal, o Estado Novo (1933-1974) promoveu o enquadramento ideológico do ensino e da juventude, da família, do trabalho e da cultura. Para Teodoro (2004) o regime salazarista⁵ provocou um processo de desprofissionalização da atividade docente, exercendo um apertado controle da atividade docente nos campos ideológico e político, mas também no plano da moral e dos costumes. Nesse período, a proibição de todas as formas associativas e sindicais dos professores do ensino público e a sua desqualificação salarial em relação a outros funcionários da administração pública indicam as linhas fortes dessa política.

Em ambos os lados do Atlântico, a ruptura política foi antecédida pela tentativa dos representantes dos Governos de promoverem, sob seu próprio controle, o processo de

⁴O termo Ditadura Militar se refere ao período inaugurado pelo movimento civil-militar, isto é, liderado por grupos conservadores da sociedade civil em apoio ao golpe militar, ocorrido no Brasil, em março de 1964, estabelecendo um regime autoritário que se prolongou por 21 anos. Sobre o assunto, ver: Fico, 2017.

⁵ O regime salazarista (1932-1968), correspondeu à ascensão de António de Oliveira Salazar (então Ministro das Finanças no regime Ditatorial implantado em 1926) ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, confirmado com a aprovação Constituição Corporativa de 1933, que lhe conferiu poderes de chefe de Estado e inaugurou o Estado Novo Português, consubstanciando a transição de uma ditadura militar para uma ditadura civil, sob sua liderança. Sobre o assunto, ver: Martinho (2019).

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

abertura política. As formas de cada um dos Governos Nacionais promoverem tal abertura, assim como as respostas que caracterizaram a recepção coletiva é que irão caracterizar os movimentos docentes, definindo o desenho das suas associações e os repertórios de ação coletiva adotados.

O cenário sócio-político da segunda metade do século XX, exposto pela exacerbação da competição entre os “países desenvolvidos” alimentou a expectativa partilhada pela “periferia” e pelos “subdesenvolvidos” de conquistar a soberania política e econômica, colocando em relevo certos modelos explicativos das realidades desses países, com destaque para as teorias da dependência.⁶ Ao mesmo tempo, configurou-se um contexto de intervenção social e de promoção de mudanças no qual foram confrontados os modelos capitalista, socialista e comunista de organização sócio-política, sem falar das múltiplas derivações contidas em cada um desses modelos, bem como de outras possibilidades de organização político-social em circulação.

O paradoxo estabelecido entre a disseminação dessas ideias e a vigência de regimes políticos autoritários localizados em países da Europa e da América conformou uma determinada moldura no interior da qual se desenrolaram uma miríade de movimentos sociais, políticos e ideológicos. A luta em prol da soberania econômica, da autonomia política, bem como das liberdades de pensamento e de expressão compõem um quadro de tensões e de aspirações coletivas cuja dinâmica – complexa e multifacetada – torna instigante o estudo dos movimentos docentes nas décadas de 1970-80.

Composto o quadro, é possível definir o espaço-tempo de nossa investigação, situando-o no interior dessa moldura, pois foi nesse espaço de circulação de ideias e de partilha de perspectivas políticas mobilizadas em nível global, associado aos movimentos de contestação ao controle exercido por cada um dos Estados Nacionais, que se desenvolveram as ações coletivas e se estruturaram, localmente, as organizações sindicais e profissionais dos professores públicos.

No Brasil, assim como em Portugal, as lutas pela universalização da educação pública se desenvolveram sob o impulso da mobilização pela derrubada dos regimes

⁶ Durante os anos 1960-70, os debates na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sobre o desenvolvimento econômico nos países considerados “subdesenvolvidos” demonstraram que este não se faz por etapas e que a evolução econômica de cada país depende de sua posição – periférica ou central – no sistema capitalista (Cf: Machado, 1999).

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

autoritários e pela construção democrática que se seguiu. Nesse aspecto, Leonardo Avritzer (2000) contribui para que o termo “transição democrática” seja pensado para além dos processos de continuidade e ruptura. Assim, a ideia de que existe uma normalidade democrática perene, foi recusada, tendo em vista que tanto os regimes autoritários quanto os regimes democráticos expressam equilíbrios instáveis entre forças políticas em permanente disputa por hegemonia. A conquista da hegemonia por uma dessas forças políticas não significa o fim das tensões, nem tampouco um equilíbrio perene.

Conforme observou Rioux (1996), as diversas formas de associativismo podem ser vistas como indicadoras de processos de mudança social, revelando as relações entre poderes constituídos e intermediários; instituições herdadas e novas aspirações, ideais coletivos e tensões singulares. No caso em estudo, as ações e associações docentes atenderam à necessidade de estabelecer um novo tipo de controle social capaz de redefinir o lugar do grupo profissional na sociedade, estabelecendo novos parâmetros de relacionamento com os poderes constituídos em relação à sua esfera de atuação. Mobilizaram, também, variadas formas de associação, tendo em vista as suas metas, o seu estado de organização e os recursos disponíveis para tal. As associações assumem papéis multidimensionais e muitas vezes ambíguos, pois, ao mesmo tempo, se opõem e participam, prestam serviços e defendem ideias, substituem o setor público em crise e exercem contra-poderes. Desse modo, se constituem como espaços de emergência e de conservação das sociabilidades, acionando mecanismos de disputa de poderes e de busca de novas legitimações.

No Brasil, a literatura sobre os movimentos sindicais tem como marco o estudo pioneiro de Leôncio Martins Rodrigues, publicado em 1974. A obra sublinha as clivagens entre o *novo* e o *velho sindicalismo*. De acordo com Peruso (2009) esta percepção foi aprofundada por autores como José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Eder Sader e Wilma Mangabeira. Com base nos estudos desses autores, Peruso resume as grandes linhas que diferenciam os dois modelos: o *velho sindicalismo*, herdeiro de uma prática política de tipo populista e de uma estrutura sindical corporativista; operando estratégias de obtenção de benefícios materiais e de projeção social com base em uma estreita aproximação com o Estado e as elites e o *novo sindicalismo*, caracterizado pela capacidade de integrar questões econômicas, sociais e políticas em

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

lutas que agregam o conjunto das classes populares; autônomo e independente, erigido de fora do âmbito estatal; contestador da legislação corporativa e da estrutura sindical, defendendo o direito irrestrito de greve e a liberdade sindical.

Em Portugal, a literatura também caracteriza o processo de quebra do equilíbrio de poder e de geração das oportunidades políticas nos anos 1970. João Barroso (2003) destaca o “ciclo de evolução do sistema de ensino” que se inicia no 25 de abril de 1974 e se extingue progressivamente com a posse do primeiro governo constitucional, em 1976. O autor identifica quatro etapas distintas na evolução do ensino português em consonância com a conjuntura política, a saber: “revolução; normalização; reforma e descontentamento”. Conforme observou Resende (2001), a mobilização dos docentes do ensino liceal teve nos Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDES) uma iniciativa que propiciou a sua organização coletiva. Os Grupos de Estudos representaram a forma adotada por professores de vários pontos do país que se movimentaram no ano de 1970/71, lutando pela estabilidade de emprego⁷.

O que nos moveu foi a perspectiva de traçar uma história das convicções a respeito das funções políticas e dos papéis sociais atribuídos aos (e assumidos pelos) professores em meio a processos de acentuada mudança – social, política e cultural. Defendemos a hipótese de que as condições políticas que marcaram o período exigiram, no limite, um concerto de ações coletivas de reestruturação dos espaços de interação institucional dos professores, buscando a reconstrução das bases definidoras de sua identidade profissional.

Aplicando estas orientações ao nosso estudo, nós passamos a perceber as ações coletivas e as associações docentes como espaços de conformação das identidades profissionais dos professores, bem como de regulação de suas carreiras profissionais. Partindo do princípio de que as identidades profissionais são o resultado, a um só tempo, estável e provisório; individual e coletivo; subjetivo e objetivo; biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as suas instituições, Claude Dubar (2005) sugere que o sindicalismo pode funcionar como um aparelho de socialização secundária que permite a transformação das

⁷ Cabe acrescentar que 84,2% dos docentes em exercício no país eram provisórios ou eventuais e não tinham garantia de emprego e apenas ganhavam durante nove ou dez meses por ano), por um estatuto dignificado e pelo direito de associação (Resende, 2001).

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

identidades dominadas em identidades militantes, resistindo à dominação e contribuindo para a produção de novas regras em jogo.

Por outro lado, Martin Lawn (2000) considera que a gestão da identidade dos professores também sofre a interferência do Estado por meio de suas leis e regulamentos; de seus discursos e intervenções na mídia; dos programas de formação e certificação; das políticas de publicação dirigidas ao magistério, dentre outras formas de intervenção. Conforme observa o autor, tal produção é móvel e flexível o suficiente para se adaptar aos projetos políticos em curso e recompor o controle do Estado sobre os docentes. Nessa perspectiva, os professores se tornam parte importante do projeto educativo das instâncias governamentais e podem aparecer como sombras, representantes ou sujeitos. Aparecem em destaque quando, em razão de evidências de perda do controle sobre suas ações, se instaura na sociedade um pânico moral em torno às influências e ao poder desse grupo profissional sobre as crianças e os adolescentes, ou seja, sobre a parte fraca da sociedade, conforme observou Adorno (1995). A análise da imprensa diária do Rio de Janeiro é exemplar desse processo, como veremos adiante.

Os impressos como espaços de identificação e de produção de identidades

Tendo em vista a importância dos impressos de caráter sindical, tais como revistas, panfletos e livros, assim como da grande imprensa na produção de marcadores identitários, a análise que ora apresentamos destaca as intervenções produzidas no nível simbólico por meio dos discursos produzidos pela imprensa jornalística, assim como pelos impressos sindicais, sobre este grupo profissional. Tal exercício impõe a recusa à ideia de que existe uma cultura docente homogênea e, da mesma forma, nos incita a revogar algumas certezas, muitas vezes naturalizadas, tal como a de que existe uma relação direta e exclusiva entre posição socioeconômica e identidade profissional, optando por observar as dinâmicas identitárias em interação com o contexto político, as ações coletivas e as trajetórias de indivíduos que integraram os movimentos docentes.

A Revista “O Professor” surgiu em um contexto marcado pelo incremento do recrutamento de professores em todos os níveis de ensino. Na primeira fase de seu projeto, a Revista se dirigiu ao conjunto de docentes do ciclo preparatório, do liceu e da escola técnica. Com a unificação do ciclo preparatório, em meados dos anos 1960 e com o aumento da procura por ensino e ingresso na carreira, acederam docentes com habilitação

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

acadêmica de licenciatura, bacharelado ou até de nível inferior, mas a grande maioria sem habilitação profissional.

A situação descrita incentivou a adesão dos docentes provisórios e de serviço eventual do ciclo preparatório e do ensino secundário aos “Grupos de Estudo”, conforme já assinalamos. As questões de interesse deste movimento foram veiculadas na Revista “O Professor”. Após uma primeira adesão ao movimento, seus editores estabeleceram como principal forma de reivindicação profissional a conquista de um estatuto profissional e a necessidade de o Estado autorizar a criação de organizações associativas da categoria.⁸ De acordo com o Editorial do primeiro número publicado em outubro de 1973, a revista

“(…) nasce da necessidade sentida por setores cada vez mais amplos da classe docente de refletirem sobre os múltiplos problemas que se lhes levantam no exercício da profissão e expressa a vontade decidida em procurar e realizar as soluções indispensáveis.”

A Revista assumiu um formato que tem como Abertura uma página de Editorial, noticiando os temas centrais da conjuntura ou tecendo comentários sobre o contexto político. Cada capa apresenta um assunto de interesse do professorado, a ser tratado sob diferentes pontos de vista, de modo a contribuir para o esclarecimento da questão. Assim, por exemplo, o primeiro número é dedicado à questão do Estatuto do Professor, enquanto o segundo número destaca a questão associativa e o terceiro a formação docente e os estágios. No seu interior, encontramos espaço para os noticiários nacionais e internacionais, que são seguidos de um box com homenagens a profissionais de relevo. Acrescente-se a estes, um espaço para tratar da legislação pertinente e informar sobre os últimos acontecimentos por meio da seção intitulada “através da imprensa”. Há, também, espaço reservado para a divulgação de cursos de interesse da categoria e sugestões de bibliografia para aprimorar os conhecimentos. A partir do número 7, (março de 1975) a revista amplia a parte internacional, transformada em seção de uma a duas páginas, incluindo uma outra seção intitulada “A Educação no Mundo”, o que demonstra a sintonia

⁸ Após 1933, com a imposição do Estado Novo, em Portugal, ficou juridicamente estabelecida a proibição de associações profissionais ou sindicatos de grupos profissionais integrados no Estado como funcionários públicos, levando a que, segundo Resende (2003) a veiculação de revistas e boletins ganhasse projeção como espaços de negociação, disputa ou adesão às determinações do Ministério da Educação. De acordo com o autor, o período situado entre 1960-1974 foi marcado pelo alargamento das funções da escola e do professor. Nesse período, a Reforma Veiga Simão viria a reforçar a concepção predominante até então, segundo a qual a articulação entre Educação, Economia e Sociedade selaria a tríade do desenvolvimento nacional.

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

das lideranças sindicais portuguesas com os acontecimentos que estavam agitando a Europa e os continentes africanos e americano, naquele contexto.⁹

Esta fonte ofereceu um rico manancial de informações sobre as estratégias simbólicas adotadas com o fim de compor um campo de identificação a integrar os descontentamentos, mas também as esperanças dos professores. Estes funcionaram como instrumento primordial para a difusão de ideias, interpretações da realidade e proposições de luta a partir das quais o trabalho de militância – política, cultural e profissional -- se definiu e se afirmou, esclarecendo e organizando a luta. Como observou Fernandes (2008: 16), os impressos ligados aos professores podem ser entendidos como núcleos de informação, já que mostram maneiras de produzir e difundir discursos. As notícias, os artigos dirigidos aos professores e as polêmicas subsequentes a estes ajudam a configurar um painel mais vivo e revelador das ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes que lhes deram sustentação.

No que tange ao contexto brasileiro, a pesquisa recorreu aos jornais cariocas, entendidos como instrumentos de mediação entre as demandas dos professores e a opinião pública, isto é, os leitores qualificados. Nesta condição, os jornais ora exerceram pressão sobre as autoridades governamentais ora acionaram o pânico moral da sociedade ante as demonstrações de rebeldia dos professores. Assim, o jornal se apresenta como espaço aberto e, ao mesmo tempo, sujeito aos interesses dos distintos grupos que buscam formar e informar a opinião de seus leitores, atuando sobre a difusão das informações de interesse da população. Dessa maneira, a imprensa logra exercer certo controle sobre a gestão das políticas públicas, plasmando uma visão do mundo tanto mais duradoura quanto maior for a aparência de isenção com que esta venha a ser apresentada. Como demonstram os exemplos a seguir, a neutralidade era mesmo, apenas aparente.

Em 1979, com o recrudescimento dos movimentos grevistas de categorias diversas em vários estados, o “Jornal do Brasil” passou a tratar a greve dos professores do Rio de Janeiro como o indício de uma “conspiração sindical” no país. Como é fácil perceber, os títulos dos editoriais — “Greve pela Greve”; “Atitude Inoportuna” e “Intenção Oculta”

⁹ Figuram nos destaques internacionais artigos sobre a situação da educação na Espanha, França e Alemanha, Polônia, URSS e Cuba, bem como artigos sobre a situação política em países latino americanos insurgidos contra regimes ditatoriais, tais como o Chile e o Uruguai. A Unesco é uma instância supranacional bastante citada, tendo em vista as recomendações exaradas nas reuniões internacionais promovidas pela entidade.

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

¹⁰ — qualificaram o movimento como expressão do processo de radicalização política, que, tomando a greve pela greve, ou seja, essencialmente como bandeira de oposição ao Governo (esta seria a intenção oculta) desconsiderava as dificuldades financeiras do Estado e a disposição do Governo em negociar uma solução para a crise (consubstanciado, na visão do jornal, uma atitude inoportuna). Outro editorial, intitulado “Em Tempo”¹¹ cobrava do Governo uma atitude mais ativa diante do movimento grevista, invocando o cumprimento da lei constitucional que proibia a greve de funcionários públicos. As matérias relativas à greve dos professores estampadas nos jornais do Rio de Janeiro reforçaram a ideia de que os professores deveriam se comportar como modelos de conduta, condenando a quebra do contrato segundo o qual os docentes devem se portar como exemplo moral da mocidade. Quebrado o pacto, o pânico moral é acionado e os professores são condenados por suas manifestações políticas.

O contraponto entre a Revista dos professores dos Grupos de Estudo e a imprensa jornalística da cidade do Rio de Janeiro evidencia as várias possibilidades de intervenção na produção das identidades docentes. Assim, enquanto a Revista “O Professor” se dirige a um profissional aberto a debater sobre a política, a profissão e as lutas ao redor do mundo, os jornais cariocas se empenham em condenar as manifestações políticas dos professores, conduzindo o julgamento com base na defesa de que os professores devem, tão somente, se comportar como agentes do Estado, seja em que regime for. Divulgando análises condenatórias às manifestações públicas dos professores.

Identidades conflitantes permearam as disputas políticas daquele contexto, expressando os interesses dos grupos envolvidos, bem como o repertório simbólico por eles mobilizado. Assim, enquanto os jornais diários buscaram forjar uma opinião pública desfavorável à politização da categoria, a Revista sindical enfatizou o papel autônomo da categoria docente, bem como a importância de seu engajamento na luta de contra o regime autoritário e, também, na construção da escola democrática, como detalharemos a seguir.

Da contestação política à construção democrática

Os exemplos assinalados neste artigo nos permitem afirmar que a capacidade de exercer pressão política, bem como as demonstrações de competência profissional

¹⁰ “Jornal do Brasil”, 20/03/1979; 24/07/1979 e 01/08/1979, respectivamente.

¹¹ “Jornal do Brasil”, 07/08/79

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

materializadas em ações e associações coletivas de professores foram estratégias exemplares das possibilidades de reconversão da posição ocupada pela categoria docente nos jogos de poder. Assim, os movimentos aqui assinalados expressaram as expectativas partilhadas por grupos significativos de professores que, organizados coletivamente em luta contra o autoritarismo e em prol do aprofundamento da democracia, promoveram debates substanciais a respeito das políticas de Estado, da regulação da carreira da relevância social da escola pública. Com base nesses movimentos, se formou um repertório de questões, mas também, de reformas institucionais e legais. Algumas destas ações foram institucionalizadas e aprofundadas, outras retrocederam ou foram reconfiguradas no decorrer do tempo.

Ao cruzar as fontes impressas com os depoimentos de professores que viveram esse período, alguns desdobramentos foram evidenciados. Em Portugal, o processo revolucionário que culminou no 25 de abril de 1974 desencadeou uma sucessão de experiências de autogestão nos liceus, introduzindo experiências que modificaram a organização escolar e a legislação educacional no período posterior. O depoimento professora Eduarda Dionísio, extraído do livro “O futuro era agora: o movimento popular do 25 de abril”, descreve a ambiência política em um liceu, nos anos de 1974 e 1975:

“Foram muitos os professores que não quiseram ir de férias em 1974. Tomaram revolucionariamente para si as tarefas que anteriormente cabiam ao reitor e às secretarias – matrículas, horários, organização da escola. Tratava-se de, quando o “Ano letivo nº 1 da Era da Revolução” se iniciasse, ter, entre as mãos, uma nova escola.(...) Quando as férias terminaram as turmas eram mistas, a distribuição dos alunos nas turmas visava combater a seletividade, fazia-se reuniões de turma com todos os professores e alunos que se aproximavam de “assembleias” com mesas, propostas, inscrições, votações, ata, etc. (...) Março de 1975: muito se tinha andado desde abril de 1974. Era normal tratar-se na escola do que se passava fora dela. A fórmula da assembleia passou por muitas aulas (...) Não havia rotina nas escolas. As aprendizagens a custo se centravam nas “matérias”. O ano letivo de 1974-75 havia sido profundamente agitado, também, por ações violentas de estudantes de direita que andavam de escola em escola. As interrupções de aulas eram constantes, as reuniões cada vez menos participadas, greves cada vez mais frequentes. [apud Rodrigues, 1994: 23]

Este depoimento foi selecionado por expressar, em um pequeno trecho, as impressões de uma professora que, ao viver a experiência de reconstruir a escola em bases democráticas, assinala as importantes mudanças em curso. O depoimento registra a experiência de autogestão, assim como as disputas e as instabilidades que permearam tal experiência. Ao mesmo tempo, deixa muito claras as mudanças operadas na

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

autopercepção de seu papel como professora, reconhecendo o engajamento em erigir uma nova escola, condizente com as expectativas suscitadas pela revolução de abril.

Complementando o quadro acima descrito, outros professores destacaram em seus depoimentos, as práticas de saneamento, levadas a efeito nas escolas e em outras instituições portuguesas. Por meio delas, tratou-se de destituir dos cargos de direção aqueles que estiveram no poder até o movimento de abril de 1974, realizando eleições diretas para a indicação de novos nomes, considerados legítimos, para ocupar estes postos.

É digna de nota a observação de Antônio Teodoro (2004), assinalando que, no processo de construção democrática da sociedade portuguesa, o controle do Estado perdeu sua força ante as escolas, onde as nascentes estruturas sindicais dos professores começavam já a assumir um papel de destaque no campo escolar, ora se antecipando, ora se recusando a aceitar quaisquer normatizações oriundas do Estado, contrariando, dessa forma, as expectativas de promover uma transição controlada, por parte dos Governos Provisórios que se sucederam até 1976. Cabe destacar com este autor que, nos trabalhos sobre a revolução portuguesa de abril, existe um assinalável consenso sobre duas de suas características marcantes: 1) a existência de forte movimento social popular, que impulsionou as principais transformações verificadas na sociedade portuguesa e; 2) a paralisia generalizada no seio das estruturas do aparelho de Estado, em resultado da luta pelo seu controle político.

São esses, dois aspectos relevantes para compreendermos o processo de ruptura do controle do Estado sobre a dinâmica das instituições escolares, deixando um campo aberto para a participação ativa de professores, alunos e demais membros da comunidade escolar nas decisões relativas à organização e ao funcionamento destas instituições. Contudo, deve-se fazer a ressalva de que, no período posterior ao 25 de abril, estas conquistas oscilaram entre o aprofundamento das práticas e dispositivos tendentes à democratização, as dificuldades em se obter uma estabilidade mínima para a realização das atividades escolares, inclusive por intervenção de grupos de direita, e as sucessivas reformas tendentes à burocratização e à contenção da gestão democrática. Tal como avaliou Licínio Lima (2014), o decreto 769-A/1976 de 23 de outubro que regulamentou as estruturas de gestão das escolas de ensino preparatório e secundário, reconfigurou os processos autogestionários em curso à época, estabelecendo normas nesse sentido. Tais normas

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

estabelecem processos burocráticos que limitam a participação espontânea dos professores, em longas e concorridas assembleias, na medida em que imputou este poder aos Conselhos Diretivos e Pedagógicos criados pelo referido decreto.

Os depoimentos dos professores brasileiros destacaram a conscientização, fortalecida na luta em defesa da escola pública de qualidade. Afirmaram, assim, a percepção de que a escola pública é um direito e, ao mesmo tempo, um valor caro à construção e à estabilidade do regime democrático.

Considerações finais e possíveis desdobramentos

Considerando os professores como protagonistas de sua própria história, a pesquisa que embasou a redação deste artigo buscou compreender as influências que a participação em associações e ações coletivas de contestação política e de reconstrução democrática exerceu na definição de identidades e trajetórias profissionais de professores.

Por essa via, o conjunto de depoimentos colhidos, assim como a análise dos impressos sindicais, revelou o quanto as experiências associativas mudaram indivíduos, grupos e instituições de ensino, sobretudo por eles adquirirem, como protagonistas de movimentos coletivos, a capacidade de formular uma visão geral sobre a própria profissão e, também, sobre a instituição escolar. O exercício de contestar e, na medida do possível, reformular políticas atinentes ao seu trabalho contribuiu para forjar uma percepção mais acurada de suas próprias potencialidades profissionais e institucionais.

Em algumas escolas, as experiências de participação no processo de construção democrática levadas a efeito por professores – que também exerceram liderança nas mudanças pedagógicas e políticas de então – incentivaram a introdução de novos padrões de organização e funcionamento, mais democráticos e participativos. Isto levou a que se constituíssem grupos de referência entre esses profissionais, bem como criou modos de resistência à falta de apoio governamental para a estabilização e continuidade do padrão democrático de funcionamento da escola, então experimentado ¹².

¹² Os depoimentos de professores que participaram da implantação do projeto pedagógico dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) dos Governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994), já no período de institucionalização da vida democrática entre nós, são exemplares desse tipo de impacto.

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

A análise da imprensa – pesquisada em dois momentos da história das manifestações políticas dos professores do Rio de Janeiro¹³, – variou muito pouco na forma de noticiar as greves, adotando uma opinião constante. Trata-se da velha fórmula para acionar o pânico moral da sociedade diante das demonstrações de rebeldia dos professores, como já assinalamos. Por outro lado, ficou clara a importância do protagonismo docente nos movimentos analisados, confirmando a sua influência na configuração de novas identidades profissionais e no impulso à mobilidade no âmbito da carreira. Também foi possível observar a configuração de um campo de conhecimentos aplicados às atividades de ensino e à análise das políticas educacionais, bem como da história da educação, incrementados pelo protagonismo político então experimentado.

A imagem da profissão docente como produtora de saberes teóricos e práticos, se revelou na análise da Revista O Professor, que deu destaque à divulgação da produção escrita de algumas lideranças que orientaram a sua militância, visando, também, a difusão de conhecimentos úteis ao enfrentamento dos desafios da profissão.

A continuidade do estudo dos processos de negociação identitária dos professores em suas organizações sindicais autônomas demonstrou que as estratégias de luta empreendidas no Sindicato Docente do Rio de Janeiro, à época, foram permeadas por conflitos que dificultaram a busca por uma identidade comum. Oscilando entre as identidades de trabalhadores/operários e a de especialistas do ensino ou identificando-se como propagadores do conhecimento escolar ou formadores de opinião e de disposições políticas transformadoras, não foi possível, à época, assim como hoje, obter consensos expressivos e duráveis. Esta questão, a nosso ver, permanece como um desafio não superado nos dias atuais.

Os debates, as ações coletivas e as associações aqui destacadas, nos fornecem um panorama das oportunidades, das lutas e dos dilemas enfrentados naquele contexto, demonstrando, também, algumas conquistas e outros tantos experimentos que qualificaram os processos de construção democrática em curso nos dois países. Contribuem, desse modo, para ampliarmos o conhecimento e identificarmos as lacunas

¹³ Além de pesquisar os jornais das décadas de 1970-80, já havia sido feito um levantamento das notícias veiculadas nas décadas de 1950-60, sobre a greve de professores secundários ocorrida no Rio de Janeiro, à época.

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

que ainda persistem nos estudos sobre história da educação em diálogo com a história política das décadas de 1970 e 1980.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor (1995), *Educação e Emancipação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

AVRITZER, Leonardo (2000), “Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.28, ano 10, jun.

BARROSO, João (2003), Organização e regulação do ensino básico e secundário, em Portugal: sentidos de uma evolução, *Educação e Sociedade*, vol. 24, n. 82, pp. 63-92.

DUBAR, Claude (2005), *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, São Paulo, Martins Fontes.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha (2008), “O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação”. In Ana Maria de Mello Magaldi; Libânia Nacif Xavier (org.), *Impressos e história da educação: usos e destinos*, Rio de Janeiro, 7 letras.

MAGALDI, Ana (org.) (2008), *Impressos e História da Educação: usos e destinos*, Rio de Janeiro, Sete Letras.

FICO, Carlos (2017), “Ditadura brasileira, aproximações teóricas e historiográficas”. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 9, n. 20, pp. 5–74. Disponível em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005> Acesso em 16 jun. 2024.

GOHN, Maria da Glória (2008), *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo, Edições Loyola.

LAWN, Martin (2000), “Os professores e a fabricação de identidades”. In A. Nóvoa, J. Schriewer (eds.), *A difusão mundial da escola*, Lisboa, Educa, pp.69-84.

LIMA, Licínio (2014), “A gestão democrática das escolas : do autogoverno à ascensão de uma pós- democracia gestionária?”, *Educação e Sociedade*, vol. 35, n. 129, pp. 1067-1083.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/smG9JRgD8PjyNyMyZMRXf7H/?format=pdf>

MACHADO, Luiz Toledo (1999), “A teoria da dependência na América Latina”, *Estudos*

Libânia Xavier – *O protagonismo docente no espaço-tempo da transição democrática das décadas de 1970-80, no Brasil e em Portugal*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 182-199. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a9

Avançados, vol. 13, n. 35, pp. 199-215. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9469/11037>

MARTINHO, Francisco Palomanes (2019), *O Estado Novo Português: história, historiografia e memória*, São Paulo, Intermeios-USP / Programa de Pós-Graduação em História Social.

NÓVOA, António (org.) (1993), *Repertório Analítico sobre a imprensa de educação e do ensino*, Lisboa.

PERUSO, Marco Antonio (2009), *Em busca do Novo: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-1980*, São Paulo, Ana Blume.

RESENDE, José Manuel (2001), *O engrandecimento de uma profissão: Os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

REVEL, Jacques (org.) (1998), *Jogos de escala: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV.

RIOUX, Jean Pierre (1996), “A associação em política”. In René Remond, *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ – FGV.

RODRIGUES, Francisco Martins (coord.) (1994), *O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de abril*, Lisboa, Dinossauro.

TARROW, Sidney (1998), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis, Vozes.

TEODORO, António (2004), “Mobilização educativa em tempos de crise revolucionária. Periferia e centro no processo de democratização das escolas (1974-1976)”. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 17 n. 2, pp. 181-207. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37417207>

XAVIER, Libânia (2013), *Associativismo docente e construção democrática*, Rio de Janeiro, EDUERJ - Faperj.

XAVIER, Libânia (2019), “Contribuições ao estudo do Associativismo docente”. *Pro-Posições*, Disponível em <https://www.scielo.br/j/pp/a/9tZX4Lz6gsNfXFP8g4ngSDD/?lang=pt> Acesso em 16 de junho de 2024.